

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETO

Aquisição de panfletos, chaveiros e camisetas personalizadas para a campanha “Firminópolis Contra o Bullying: Conviver é Respeitar” justifica-se pela necessidade de promover ações educativas e de conscientização voltadas à prevenção e ao combate ao bullying no ambiente escolar e comunitário.

#### 1.2. Especificação do objeto:

Item	Especificação	Und	Qnt	Valor/Unit. Estimado	Total Estimado
01	Camisetas gola "o", em algodão, sublimado, silk screen ou transfer. Personalização colorida e de acordo com a solitação.	UN	270	R\$ 51,76	R\$ 13.977,00
02	CHAVEIRO PERSONALIZADO – CAMPANHA FIRMINÓPOLIS CONTRA O BULLYNG. Especificações Técnicas Material: Acrílico cristal transparente resistente; Formato: Redondo; Dimensões: 5 cm de diâmetro; Espessura: 3 mm; Impressão: Colorida frente e verso (4x4cores); Acabamento: Corte a laser e polimento das bordas; Proteção da impressão: Laminação ou resina protetora para maior durabilidade; Fixação: Argola metálica niquelada resistente; Cores: Alta definição e resistência ao desbotamento. Arte: A arte conterá elementos visuais da campanha municipal de combate ao bullying, incluindo: Frente: Título: “Firminópolis Contra o Bullying”; Mascote ilustrativo da campanha; Elementos gráficos relacionados a respeito, amizade, empatia e segurança; Frase institucional: “Conviver é Respeitar”. Verso: Mensagem: “Eu faço parte desta campanha!”; Compromissos educativos: Respeito meus colegas; Sou gentil com todos; Digo não ao bullying; Defendo quem sofre bullying; Hashtag: #ConviverÉRespeitar;	UN	1.000	R\$ 8,09	R\$ 8.097,50
03	PANFLETO EDUCATIVO CONTRA O BULLYING Especificações técnicas: Formato: 15 x 20 cm; Impressão: colorida (4x0 cores – frente colorida); Papel: Couché brilho 115 g/m <sup>2</sup> ou superior; Acabamento: refile simples; Arte: fornecida pela contratante ou elaborada pela contratada mediante aprovação prévia; Conteúdo: mensagens educativas de prevenção e combate ao bullying, logos institucionais e informações da campanha.	UN	1.000	R\$ 0,50	R\$ 506,70
<b>TOTAL ESTIMADO</b>					<b>R\$ 22.581,20</b>

1.3. Os itens acima não se enquadram como bens de luxo, nos termos do Decreto nº 530/2023-PMF.

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.5. O custo estimado total da contratação é de R\$ 22.581,20 (vinte e dois mil quinhentos e oitenta e um reais e vinte centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

### 2. DO PRAZO CONTRATUAL

2.1 2.1. O prazo de vigência da contratação será de 30 (trinta) dias, contados da emissão da Nota de Empenho/Ordem de compra, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, ou até a entrega integral dos produtos objeto da contratação, com o respectivo recebimento definitivo pela Administração, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação tem por objetivo atender à demanda do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA para a execução da campanha "Firminópolis Contra o Bullying: Conviver é Respeitar", destinada à promoção de ações educativas e de conscientização voltadas à prevenção e ao enfrentamento do bullying no ambiente escolar e comunitário.

3.2. Para a adequada realização das atividades programadas, faz-se necessária a aquisição de panfletos educativos, chaveiros personalizados e camisetas personalizadas, que servirão como instrumentos de divulgação, identificação visual e apoio às ações de mobilização e sensibilização desenvolvidas durante a campanha.

3.3. Os materiais contribuirão para ampliar o alcance das mensagens educativas, fortalecer a identidade visual da campanha e incentivar a participação da comunidade escolar e da sociedade nas ações de conscientização, promovendo valores como respeito, empatia, inclusão e convivência pacífica.

3.4. A contratação mostra-se necessária para viabilizar a execução das atividades planejadas pelo FMDCA, assegurando o atendimento do interesse público e fortalecendo as políticas de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, em observância aos princípios da legalidade, eficiência, planejamento e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de panfletos educativos, chaveiros personalizados e camisetas personalizadas destinados à campanha "**Firminópolis Contra o Bullying: Conviver é Respeitar**", promovida pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, compreendendo a elaboração da arte final com base nas diretrizes, informações e identidade visual fornecidas pela contratante, mediante aprovação prévia da secretaria, bem como a confecção, o fornecimento e a entrega dos materiais com qualidade, adequado acabamento e observância às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, incluindo a substituição de eventuais produtos que apresentem defeitos ou desconformidade, de modo a garantir a adequada execução da campanha e o atendimento ao interesse público, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A empresa contratada deverá fornecer panfletos educativos, chaveiros personalizados e camisetas personalizadas em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, observando padrões adequados de qualidade, resistência, durabilidade e acabamento, de forma a garantir sua adequada utilização nas ações da campanha "**Firminópolis Contra o Bullying: Conviver é Respeitar**".

5.2. A contratante disponibilizará à empresa contratada as informações, textos, logomarcas e diretrizes necessárias à personalização dos materiais, competindo à contratada elaborar a arte final de cada item e submetê-la à **aprovação prévia da Administração**, não sendo permitida a produção definitiva antes da respectiva autorização.

5.3. Os materiais deverão ser confeccionados com impressão colorida de alta definição, observando fielmente as especificações técnicas, dimensões, conteúdos e identidade visual aprovados pela contratante, garantindo uniformidade e padronização dos produtos fornecidos.

5.4. O prazo para entrega dos materiais será de **até 15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento da Nota de Empenho ou da Ordem de compra, devendo a entrega ocorrer de forma integral, devidamente acondicionada e em perfeitas condições de uso.

5.5. A contratada deverá substituir, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, os materiais que apresentarem defeitos de fabricação, falhas de impressão, desconformidade com as especificações técnicas ou divergência em relação à arte previamente aprovada.

5.6. Antes do início da produção das camisetas, a empresa contratada deverá **alinhar com a Secretaria do FMDCA responsável pela campanha a distribuição dos tamanhos**, devendo observar rigorosamente as informações fornecidas, não sendo permitida a confecção dos produtos sem a prévia validação dos respectivos tamanhos.

5.7. Durante toda a execução contratual, a contratada deverá manter as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidas pela legislação vigente, bem como cumprir integralmente as obrigações assumidas perante a Administração.

5.8. Sempre que tecnicamente possível, deverão ser adotadas práticas que contribuam para a redução dos impactos ambientais decorrentes da execução contratual, especialmente quanto ao adequado gerenciamento dos resíduos gerados no processo produtivo e à utilização de materiais compatíveis com a legislação ambiental vigente.

5.9. A execução da contratação deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, economicidade e interesse público, bem como as demais disposições aplicáveis da Lei nº 14.133/2021.

## 5.2 Sustentabilidade;

5.2.1. Sempre que possível, deverão ser adotadas práticas que contribuam para a redução de impactos ambientais, incluindo a utilização de materiais de menor impacto ambiental, o uso racional de recursos e a adequada gestão de resíduos decorrentes da confecção dos itens;

5.2.2. A contratada deverá observar a legislação ambiental vigente e, quando aplicável, adotar processos produtivos que minimizem desperdícios e promovam a sustentabilidade na execução do objeto;

5.2.3. Além dos critérios de sustentabilidade acima estabelecidos, deverão ser observados, sempre que possível, os requisitos constantes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU (2024).

## 5.3. Subcontratação

5.3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto.

## 5.4. Local/horário da entrega

5.4.1. **Os produtos deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Av. das Américas, nº 589, Centro, CEP: 76.105-000.**

5.4.2. A entrega deverá ocorrer em dias úteis, no horário de expediente da Administração, compreendido entre 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, ou em horário previamente acordado com o setor responsável.

## 6. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

6.1. O fornecimento dos materiais será realizado de forma integral, em parcela única, observando rigorosamente as especificações técnicas, quantitativos, padrões de qualidade e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, visando atender às necessidades da campanha **"Firminópolis Contra o Bullying: Conviver é Respeitar"**.

6.2. As artes ilustrativas das camisetas, chaveiros e panfletos serão disponibilizadas juntamente com os documentos da contratação no Portal de Contratações, passando a constituir parte integrante das especificações técnicas do objeto. A Administração disponibilizará à contratada as logomarcas institucionais, e demais informações necessárias à personalização dos materiais. Quando necessária

a elaboração ou diagramação da arte final pela contratada, esta deverá ser realizada sem qualquer custo adicional para a Administração e submetida à aprovação expressa da contratante antes do início da produção.

6.3. O fornecimento será formalizado mediante emissão de Nota de Empenho e/ou **Ordem de Compra**, contendo os quantitativos, local de entrega, prazo e demais condições necessárias à execução do objeto.

6.4. O prazo para entrega dos materiais será de até **15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento da Nota de Empenho ou da Ordem de Compra, devendo os produtos ser entregues integralmente no local indicado pela contratante, devidamente embalados e acondicionados para evitar danos durante o transporte.

6.5. As camisetas deverão ser confeccionadas em tecido de algodão, **modelo gola "O", com personalização colorida por sublimação, silk-screen ou transfer**, apresentando costuras resistentes, bom acabamento, impressão nítida e durável, sendo vedado o fornecimento de produtos com defeitos de fabricação, falhas de impressão, transparência excessiva ou qualidade incompatível com a finalidade da campanha. Antes do início da produção, a empresa contratada deverá alinhar com a Secretaria responsável a distribuição dos tamanhos correspondentes às quantidades previamente definidas pela secretaria.

6.5.1. **Especificação da personalização das camisetas:** As camisetas deverão conter, obrigatoriamente, na parte frontal, a identificação da campanha "Firminópolis Contra o Bullying: Conviver é Respeitar", mascote ilustrativo e elementos gráficos relacionados ao respeito, à empatia, à amizade e à convivência pacífica. Na parte posterior deverão constar as logomarcas institucionais e os demais elementos gráficos previstos na arte anexa disponibilizada no Portal de Contratações juntamente com os documentos do processo, a qual integra as especificações técnicas do objeto e deverá ser integralmente observada pela contratada durante a execução do fornecimento.

6.6. Os chaveiros deverão ser confeccionados em **acrílico cristal transparente resistente, formato redondo, medindo 5 cm de diâmetro e 3 mm de espessura, com impressão colorida frente e verso (4x4 cores), corte a laser, bordas polidas, proteção da impressão por laminação ou resina transparente para maior durabilidade e argola metálica niquelada resistente**, devendo apresentar alta definição de imagem, excelente acabamento e resistência ao desgaste e ao desbotamento.

6.6.1. **Especificação da personalização dos chaveiros:** A personalização deverá conter, obrigatoriamente, na face frontal, a identificação da campanha "Firminópolis Contra o Bullying", mascote ilustrativo, elementos gráficos institucionais e a frase "Conviver é Respeitar". Na face posterior deverão constar a mensagem "Eu faço parte desta campanha!", os compromissos educativos "Respeito meus colegas", "Sou gentil com todos", "Digo não ao bullying" e "Defendo quem sofre bullying", bem como a hashtag #ConviverÉRespeitar, conforme arte anexa disponibilizada no Portal de Contratações, integrante das especificações técnicas do objeto.

6.7. Os panfletos educativos deverão ser confeccionados no **formato de 15 x 20 cm, com impressão colorida 4x0 cores (frente colorida), em papel couchê brilho 115 g/m<sup>2</sup> ou superior**, acabamento em refile simples, impressão nítida, cores uniformes e alta definição, não sendo aceitos materiais com borrões, manchas, desalinhamentos, baixa resolução, falhas de impressão ou qualquer defeito que comprometa sua apresentação e utilização.

6.7.1. **Especificação da personalização dos panfletos:** Os panfletos deverão conter, obrigatoriamente, o título da campanha "Firminópolis Contra o Bullying: Conviver é Respeitar", mensagens educativas sobre prevenção e enfrentamento ao bullying, informações sobre suas formas de manifestação, orientações para prevenção, incentivo ao respeito, à empatia e à convivência

pacífica, além das logomarcas institucionais e demais elementos gráficos previstos na arte anexa disponibilizada no Portal de Contratações.

6.8. Todos os materiais deverão ser novos, de primeiro uso, confeccionados com matérias-primas de boa qualidade e apresentar excelente padrão de impressão e acabamento, observando integralmente as especificações técnicas deste Termo de Referência, bem como das artes anexas, sendo recusados produtos que apresentem vícios, defeitos, avarias, falhas de impressão, cortes irregulares, deformações ou qualquer desconformidade que comprometa sua utilização.

6.9. A contratada deverá substituir, às suas expensas e no prazo máximo **de 03 (três) dias úteis**, quaisquer materiais que apresentem defeitos de fabricação, erro de personalização ou desconformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, sem qualquer ônus para a Administração.

6.10. Todos os custos relacionados à elaboração da arte final, quando necessária, produção, impressão, personalização, embalagem, frete, transporte, carga, descarga, seguro e entrega dos materiais correrão exclusivamente por conta da contratada, não sendo devido qualquer pagamento adicional pela Administração.

6.11. A apresentação da proposta implica plena ciência e aceitação de todas as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, das artes anexas disponibilizadas no Portal de Contratações e das condições de fornecimento estabelecidas pela Administração, não sendo admitidas alegações posteriores de desconhecimento, omissão ou insuficiência de informações para justificar o descumprimento das obrigações assumidas ou a solicitação de acréscimos financeiros.

## 7. GESTÃO DO CONTRATO

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

7.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.7.1 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.7.2 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.7.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.7.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.7.5 O fiscal técnico do contrato deverá comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

7.8 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.8.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.8.2 O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

7.9 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.9.1 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.9.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.9.3 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.9.4 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.9.5 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.9.6 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 8. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

## 8.1 Recebimento do objeto

8.1.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo consignado neste documento, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.1.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de entre pagamento.

8.1.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## 8.2 Liquidação

8.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.2.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.2.3 o prazo de validade;

8.2.4 a data da emissão;

8.2.5 os dados do contrato e do órgão contratante;

8.2.6 o período respectivo de execução do contrato;

8.2.7 o valor a pagar; e

8.2.8 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.9 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.2.10 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.11 A Administração deverá realizar consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas para contratação.

8.2.12 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.2.13 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.14 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.15 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

### 8.3 Prazo para o pagamento

8.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

8.3.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### 8.4 Forma de pagamento

8.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contrato.

8.4.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 9.1 Julgamento da proposta;

9.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Dispensa, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço** por lote.

### 9.2 Habilitação jurídica

9.2.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.2.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.2.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.2.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

9.2.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.2.8 Os documentos apresentados **deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.**

### **9.3 Regularidade fiscal e trabalhista;**

9.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.3.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.3.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.3.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.3.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, **deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.**

9.3.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral.

## **11. A CONTRATAÇÃO SERÁ ATENDIDA PELA SEGUINTE DOTAÇÃO**

Ficha: 711 / Fonte: 100 / 07.01.08.243.2803.2.204.33.90.32.00 – MANUTENCAO DO FMDCA

11.1. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

12.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.2 Entregar os itens acompanhados do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se for o caso;

12.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.4 Comunicar ao contratante, no prazo de **24 (vinte e quatro)** horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.8 Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) certidão que comprove a regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do contratado; 5) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 6) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

12.10 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

12.11 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

12.12 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

12.13 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

12.14 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

12.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.17 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

12.18 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

12.19 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

12.20 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.21 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

12.22 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

### **13. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

13.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

13.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

13.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

13.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

13.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

13.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento;

13.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste instrumento;

13.8 Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

13.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

13.10 A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

13.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

13.12 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

13.13 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência do ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **4. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

14.1 Os preços são fixos e irreatáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o intervalo de um ano contados da assinatura do contrato, aplicando-se o índice INPC.

14.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

14.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

14.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.8 O reajuste será realizado por Apostilamento.

14.9 Durante a vigência do contrato, caso ocorra algum fato imprevisível ou previsível de efeitos incalculáveis, que causem o desequilíbrio econômico financeiro do contrato, a contratada poderá pleitear o reequilíbrio do contrato.

14.10 A recomposição de preços com vistas ao restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro somente se dará após o prazo da validade da proposta, que não deverá ser inferior à 60 (Sessenta) dias, mediante apresentação de requerimento apresentando a planilha de composição de preços dos produtos, bem como documentos que comprovem satisfatoriamente a quebra do equilíbrio econômico financeiro do contrato.

14.11 O Contrato poderá ser alterado, mediante Termo Aditivo e com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 124 da Lei no 14.133/2021;

14.12 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do objeto deste Contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor, conforme previsto artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/2021;

## 15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 16. MEDIDAS ACAUTELATÓRIAS

16.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## 17. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, conforme disposto da Lei 14.133/2021.

**SILVANI CÂNDIDA DA MATA DE OLIVEIRA**

Gestora do FMDCA



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6321-BC89-955F-30F4

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ SILVANI CÂNDIDA DA MATA (CPF 434.XXX.XXX-34) em 18/06/2026 15:18:52 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://firminopolis.1doc.com.br/verificacao/6321-BC89-955F-30F4>